



fama
re.capital
investing for change

RELATÓRIO DE GESTÃO

FAMA LatAm Climate Turnaround
FIA IS

1º Trimestre - 2025





Sumário

1	Mensagem do CIO	4
2	Performance do Fundo	7
3	Nossas Reflexões sobre Clima, Geopolítica e Mercado Financeiro	10
4	A Dupla Materialidade da Adaptação Climática	14



Resumo executivo

Este relatório apresenta a visão do Fama LatAm Climate Turnaround FIA IS (“CTF”) sobre a urgência de incorporar a adaptação climática de forma central nas estratégias financeiras, destacando a necessidade de superar modelos tradicionais que ainda ignoram os riscos ambientais. O documento também analisa o desempenho do fundo no primeiro trimestre de 2025, que superou o IBOVESPA, e traz avanços relevantes das empresas investidas — como a expansão da agricultura regenerativa pela SLC Agrícola, os progressos em rastreabilidade e sustentabilidade da Marfrig e as novas políticas socioambientais do Banco do Brasil.

Além disso, o relatório conecta tendências de clima, geopolítica e mercado financeiro, mostrando como a fragmentação global e o protecionismo dificultam a cooperação climática. Com foco na preparação para a COP 30, o texto discute o valor estratégico de investimentos em resiliência e aponta oportunidades para negócios que promovam a adaptação climática, reforçando que mitigar e se adaptar serão imperativos para empresas e investidores no novo cenário global.

Mensagem do CIO

Mais de três décadas após o primeiro alerta do IPCC, com um volume crescente de evidências empíricas sobre os impactos econômicos das mudanças no clima, a maioria dos modelos financeiros continua tratando o tema como colateral. As implicações são conhecidas: alocação inadequada de capital, perpetuação de riscos sistêmicos e uma miopia que fragiliza a resiliência das economias.

A literatura sobre finanças comportamentais nos ensinou que os agentes econômicos estão longe de ser plenamente racionais. Suas decisões são moldadas por atalhos mentais, por narrativas convenientes e por incentivos de curto prazo. No caso da questão climática, essa racionalidade limitada se manifesta de forma estrutural. Não se trata de uma falha de compreensão técnica. Trata-se de uma disfunção coletiva que envolve gestores e analistas, todos operando dentro de um arcabouço cognitivo que privilegia a estabilidade aparente do presente em detrimento da volatilidade certa do futuro.

O desconforto com a crise climática vem, em parte, da dificuldade de assimilá-la aos instrumentos convencionais de tomada de decisão. Ela não se comporta como um risco tradicional — com distribuição de probabilidades conhecida e impactos localizados. Pelo contrário, é um fenômeno difuso, sujeito a pontos de inflexão e retroalimentações, e que tende a ter impactos mais frequentes e intensos. Ainda assim, os modelos de valuation continuam operando como se o futuro fosse apenas uma extensão linear do passado. Empresas são avaliadas com base em fluxos de caixa projetados sob premissas que desconsideram escassez hídrica, eventos climáticos extremos, perda de biodiversidade e transformações regulatórias profundas.

Essa dissociação entre o que sabemos e a forma como decidimos se manifesta cotidianamente nas decisões de alocação de capital. Projetos de infraestrutura carbono-intensivos ainda recebem financiamento preferencial. Cadeias produtivas vulneráveis a choques ambientais são tratadas como sólidas. Ativos expostos a riscos climáticos físicos ou reputacionais continuam sendo negociados como se fossem perenes. Tudo isso porque o sistema é construído para não ver — ou para ver apenas o que pode ser medido em prazos curtos e com alto grau de confiança estatística.

O problema é que a confiança estatística, nesse caso, é uma ilusão. A crise climática é marcada pela incerteza profunda, não pela volatilidade conhecida. Trata-se de um tipo de risco que não se adapta bem a modelos de precificação baseados em médias históricas. Exige outra postura: uma disposição a agir com base em cenários plausíveis, mesmo quando as probabilidades são difíceis de estimar. Isso implica abrir mão da segurança do modelo fechado em favor da prudência frente ao desconhecido. Implica aceitar que os mecanismos tradicionais de precificação — ancorados em retorno ajustado ao risco — podem estar mal calibrados.



O comportamento coletivo dos investidores reflete, portanto, uma racionalidade estratégica: mesmo que o risco climático seja real e crescente, é mais seguro para eles seguir os parâmetros vigentes do que agir de forma pioneira e isolada.”

Por que, então, essa mudança não ocorre com a velocidade necessária? A resposta, em parte, está nos incentivos econômicos e institucionais. Estruturas de bônus, mandatos de gestão e métricas de performance são desenhadas para recompensar o desempenho de curto prazo. Nesse ambiente, a internalização de riscos de longo prazo — especialmente aqueles que exigem questionar a viabilidade de setores inteiros — representa um custo político e profissional que poucos estão dispostos a assumir. O comportamento coletivo dos investidores reflete, portanto, uma racionalidade estratégica: mesmo que o risco climático seja real e crescente, é mais seguro para eles seguir os parâmetros vigentes do que agir de forma pioneira e isolada.

Essa lógica se reforça com a retórica dominante do “mercado eficiente”. Ainda hoje, há quem acredite que os preços dos ativos incorporam todas as informações disponíveis, e que eventuais distorções serão corrigidas automaticamente à medida que o risco se materializa. Mas essa visão ignora que, no caso do clima, a correção pode vir tarde demais e com custos irreversíveis. A crença na eficiência do mercado funciona, aqui, como um escudo ideológico para a inação.

Nos últimos anos, o pouco do debate climático no setor financeiro concentrou-se na mitigação — na tentativa de reduzir emissões e neutralizar impactos. É compreensível: mitigar ainda remete à ideia de controle, de reversibilidade. Mas já não há mais dúvida de que a mudança climática é uma realidade em curso, não uma hipótese futura. Diante disso, a agenda de adaptação precisa deixar de ser um tema marginal para se tornar central. Adaptar-se significa reconfigurar infraestrutura, reavaliar modelos agrícolas, ajustar cadeias produtivas e rever padrões de ocupação urbana. Significa, também, aceitar que parte das transformações em curso são irreversíveis — e que investir sem levar isso em conta não é apenas ineficaz, é irresponsável.

A adaptação exige investimentos em resiliência — e resiliência não se mede apenas em retorno financeiro, mas em capacidade de sustentar sistemas socioeconômicos sob pressão. Isso implica uma revisão profunda dos próprios modelos financeiros e econômicos. Os instrumentos que usamos para precificar ativos, estimar riscos e definir prioridades foram construídos em um mundo mais estável, previsível, que já não existe. Continuar a utilizá-los sem questionamento não é conservadorismo, é negligência.

“A crise climática não será enfrentada com as ferramentas que ajudaram a criá-la. Se queremos, de fato, uma transição justa e eficaz, precisamos repensar os fundamentos da decisão econômica.”

A crise climática não será enfrentada com as ferramentas que ajudaram a criá-la. Se queremos, de fato, uma transição justa e eficaz, precisamos repensar os fundamentos da decisão econômica. Incorporar a adaptação tem que ser visto como uma lente estratégica. E aceitar que, diante da certeza da mudança climática, não é mais o planeta que precisa se adaptar aos modelos — são os modelos que precisam, com urgência, se adaptar ao planeta.



Fabio Alperowitch, CFA
Fundador da fama re.capital

Performance do Fundo

No primeiro trimestre de 2025, o LatAm Climate Turnaround FIA IS (“CTF”) mais uma vez superou o IBOVESPA, rendendo 10,7% ante a 9,7% do benchmark.

Quanto ao desempenho das companhias investidas pelo CTF, o trimestre foi marcado por sinais de recuperação operacional e resiliência frente a desafios setoriais e macroeconômicos.

Em 2024, o resultado operacional da SLC Agrícola foi impulsionado pelo desempenho do algodão, que teve um volume recorde de 364 mil toneladas, 52% acima do ano anterior, e se contrapôs às culturas de soja e milho, que sofreram com a baixa produtividade, afetadas por condições climáticas adversas, especialmente a escassez de chuvas no oeste do Mato Grosso durante a safra 2023/24.

Destaque relevante no período foi a aquisição pela SLC da produtora agrícola Sierentz, adicionando três fazendas arrendadas ao portfólio e cerca de 100 mil hectares de área plantada, um acréscimo de 13% em sua área de plantio.

Na sequência, a companhia anunciou também a aquisição de quase 48 mil hectares de terras que já operava de uma subsidiária da Mitsui, a Agrícola Xingu, nas Fazendas Paladino (BA) e Pamplona (MG). Com isso, a SLC se consolida como a maior produtora agrícola do país em áreas sob gestão com cerca de 833 mil hectares de área plantada na safra 2025/2026.

No final de março, a companhia também publicou seu Relatório Integrado 2024 apresentando resultados animadores de seus esforços de agricultura regenerativa. Apesar de um ano desafiador marcado pelo El Niño, a empresa superou a média nacional em produtividade.

A SLC atribui esse sucesso à força de sua “estratégia de negócios de adaptação climática”, que inclui o aumento das práticas de agricultura regenerativa - com um acréscimo de mais 4 fazendas certificadas, totalizando 6 - e o uso da agricultura digital.

A empresa também procurou esclarecer melhor sua política de desmatamento zero e as medidas que está tomando para prevenir e combater incêndios em suas fazendas na região

do Cerrado, por meio de alta tecnologia, equipamentos e equipes treinadas em campo.

O relatório descreve o progresso na medição das emissões de gases de efeito estufa, incluindo as da cadeia de suprimentos (Escopo 3), por meio da incorporação de dados de emissões relacionadas a fertilizantes. Atualmente, a SLC está desenvolvendo fatores de emissão para melhorar as metodologias de quantificação do sequestro e armazenamento de carbono, e está realizando estudos-piloto para avaliar os atributos do capital natural - como carbono, água e biodiversidade - em suas operações.

Nosso engajamento com a companhia tem sido bastante construtivo, com cinco frentes de discussão avançando, incluindo em temas como agricultura regenerativa, metas net zero, política de desmatamento zero, e transparência e comunicação de sustentabilidade.

A Marfrig também surpreendeu positivamente e registrou um lucro líquido de R\$ 2,8 bilhões em 2024, revertendo o prejuízo de R\$ 1,5 bilhão em 2023.

Recentemente a empresa obteve um importante reconhecimento da excelência de sua gestão e transparência em matéria de sustentabilidade. Pela primeira vez, a Marfrig alcança a classificação máxima (nota A) nas três categorias avaliadas pela plataforma CDP: Mudanças Climáticas, Segurança Hídrica e Florestas. Com isso, a companhia ingressa no seleto grupo de empresas com status “Triplo A” do CDP.

Em fevereiro deste ano, [relatório do Radar Verde](#) também destacou a Marfrig em primeiro lugar no ranking de empresas frigoríficas com melhor desempenho quanto ao grau de controle da cadeia de fornecimento, sendo a única empresa classificada com eficácia da política no grau intermediário.

Nosso engajamento com a empresa tem focado nas discussões para aprimorar e ampliar as iniciativas de inclusão e rastreabilidade de pequenos produtores, tais como o programa Bezerra Sustentável, em parceria com a iniciativa holandesa IDH - Sustainable Trade Initiative, com o objetivo de garantir fornecimento de insumos para a companhia, e ao mesmo tempo promover regularização ambiental, prevenção e recuperação de áreas degradadas e qualificação técnica do produtor.

Em outra frente de engajamento, iniciamos produtivas conversas com a Marfrig por meio da

da iniciativa de engajamento coletivo do [PRI SPRING](#) - que envolve investidores internacionais e que tem foco no desmatamento zero e na restauração ecológica.

E por fim o Banco do Brasil manteve sua trajetória de crescimento sólido, com lucro líquido de 2024 em R\$ 37,9 bilhões, aumento de 6,6% frente a 2023. Esse crescimento foi apoiado pelo aumento da carteira de crédito, que ultrapassou R\$ 1,3 trilhão em dezembro de 2024, influenciada pelo desempenho do segmento de grandes empresas. Na carteira de crédito agropecuário do banco, a inadimplência apresentou um aumento significativo ao longo de 2024, marcada por recuperações judiciais no setor.

Em fevereiro de 2025, o [Greenpeace Brasil divulgou em nota](#) que o banco publicou novas regras para concessão do crédito rural atendendo a alguns dos pleitos da organização e da sociedade civil brasileira em resposta à campanha “Bancando a Extinção” lançada em 2024. Os ajustes vieram por meio de uma atualização do documento intitulado “[Caderno ASG - 2023](#)”, na seção relativa aos critérios socioambientais adotados pela instituição para a concessão de crédito rural; bem como no novo documento intitulado “Estratégia de Preservação Ambiental”, que pode ser encontrado na aba “Artigos, Notícias e Publicações” da página de Sustentabilidade do banco.

Dentre as demandas acatadas pelo Banco do Brasil estão: a ampliação da restrição de crédito rural para imóveis rurais que tenham qualquer tipo de embargo ambiental, e não apenas por desmatamento, como exigido pelo Manual do Crédito Rural do Banco Central; a exigência de comprovação de legalidade do desmatamento; e a consulta aos embargos ambientais junto aos órgãos estaduais.

A política de concessão de crédito rural é um dos principais temas de engajamento do CTF com o Banco do Brasil, tendo em vista a exposição do banco a riscos atrelados ao desmatamento. Além disso, temas de interação com a companhia incluem metas climáticas, estratégia de ativos de carbono e transparência e comunicação de sustentabilidade do banco. As conversas de engajamento foram retomadas em fevereiro e estão avançando ainda para envolvimento de todas as áreas de interesse na empresa. Também foram iniciadas já as primeiras tratativas de engajamento coletivo com o banco via PRI SPRING, junto de investidores internacionais como Mitsui Sumitomo Asset e Storebrand.

Nossas Reflexões sobre Clima, Geopolítica e Mercado Financeiro

Em 2025, o mundo segue atravessando um momento de inflexão. As principais tendências globais estão interligadas de forma cada vez mais complexa: a geopolítica apresenta novos rearranjos, as mudanças climáticas se intensificam com consequências visíveis e devastadoras, e o universo dos investimentos precisa lidar com riscos e oportunidades que desafiam paradigmas tradicionais. *É nesse contexto que a antropologia oferece um olhar essencial para compreender não apenas o que está acontecendo, mas por que as ações continuam sendo postergadas diante de uma crise tão evidente.*

O ano de 2025 marca a consolidação de um mundo multipolar e fragmentado. Os Estados Unidos enfrentam desafios internos e externos para manter sua liderança global; a China avança com uma diplomacia cada vez mais assertiva; e blocos regionais buscam preencher os vácuos deixados por uma ordem internacional em declínio. A guerra na Ucrânia continua a reverberar, com o presidente russo Vladimir Putin intensificando os ataques e sinalizando a disposição de prolongar o conflito por anos.

Nesse contexto de incerteza geopolítica, a corrida armamentista ressurgiu como uma tendência marcante. Os gastos militares globais atingem recordes históricos, impulsionados pelo aumento da percepção de ameaças e pela deterioração da confiança entre potências. Além dos conflitos armados, tensões comerciais entre as principais potências econômicas se intensificaram. Os Estados Unidos, sob a administração de Donald Trump, deram os primeiros passos para a introdução de tarifas comerciais que devem afetar vários países, enquanto as nações afetadas prometem retaliação. Essas medidas protecionistas têm o potencial de acelerar a inflação global, gerar rupturas em cadeias produtivas e impactar negativamente o comércio internacional.

Essa conjuntura de instabilidade compromete a cooperação global necessária para garantir coesão em uma transição energética. O que vemos na prática é um desvio de prioridades e recursos para segurança e defesa, e uma busca mais intensa por segurança energética - como aconteceu após o corte do fornecimento de óleo e gás russo para a Europa. A fragmentação da ordem global mina vários pontos da governança climática, como a

descredibilização de acordos globais como o Acordo de Paris, após a saída dos Estados Unidos¹, levando a uma tendência de nacionalização das agendas climáticas. Nesse sentido, os países passam a priorizar metas internas ao invés de contribuições globais, e fomentam uma corrida por recursos críticos como minerais raros, podendo levar a um novo tipo de imperialismo: um imperialismo “verde”.



Ambientes de conflitos são férteis para narrativas negacionistas ou simplistas, o que torna ainda mais complexa a implementação de políticas públicas de longo prazo, uma vez que ações climáticas passam a ser vistas como ameaças à soberania ou ao crescimento econômico. Em abril de 2025, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump emitiu uma ordem executiva direcionando a procuradora-geral Pam Bondi a bloquear a implementação de leis climáticas estaduais e locais que fossem consideradas inconstitucionais ou conflitantes com as políticas federais. Essa decisão exemplifica como disputas políticas e ideológicas podem neutralizar esforços descentralizados e deslegitimar iniciativas ancoradas em evidências científicas. Como lembra o antropólogo Thomas Hylland Eriksen, embora haja consenso científico e uma sucessão de acordos multilaterais, "não é evidente que a dimensão humana da mudança climática seja suficientemente compreendida". Em outras palavras, a racionalidade tecnocrática e os pactos diplomáticos têm se mostrado insuficientes diante da complexidade das relações sociais, culturais e emocionais que moldam o comportamento humano. *Mas por que, apesar de termos coletivamente criado o problema climático, temos tanta dificuldade de nos mobilizarmos para tentar resolver a situação?*

De acordo com a socióloga norueguesa Kari Norgaard, a questão climática não é apenas científica ou técnica — ela precisa ser compreendida sob uma perspectiva social e psicológica. Em sua visão, as pessoas tendem a evitar ativamente o desconforto emocional

¹ [NYT Trump Paris Agreement, 2025](#)

que o conhecimento sobre as mudanças climáticas provoca. Esse desconforto vai além do nível individual: ele se estende às comunidades, instituições e espaços públicos, onde o tema frequentemente é tratado como um “tabu” ou associado a sentimento de impotência e depressão. Esse fenômeno é alimentado por uma dissonância cognitiva entre os valores pessoais — como a preocupação com as futuras gerações — e os estilos de vida contemporâneos, fortemente dependentes de combustíveis fósseis. A maneira mais conveniente de conciliar esse conflito é simplesmente não pensar muito sobre ele. Assim, o negacionismo climático, enquanto fenômeno coletivo, reflete uma visão antropológica de que o problema é grande demais para ser resolvido individualmente — o que, por si só, já serve de justificativa para a inação ou para respostas desproporcionais à gravidade da crise.

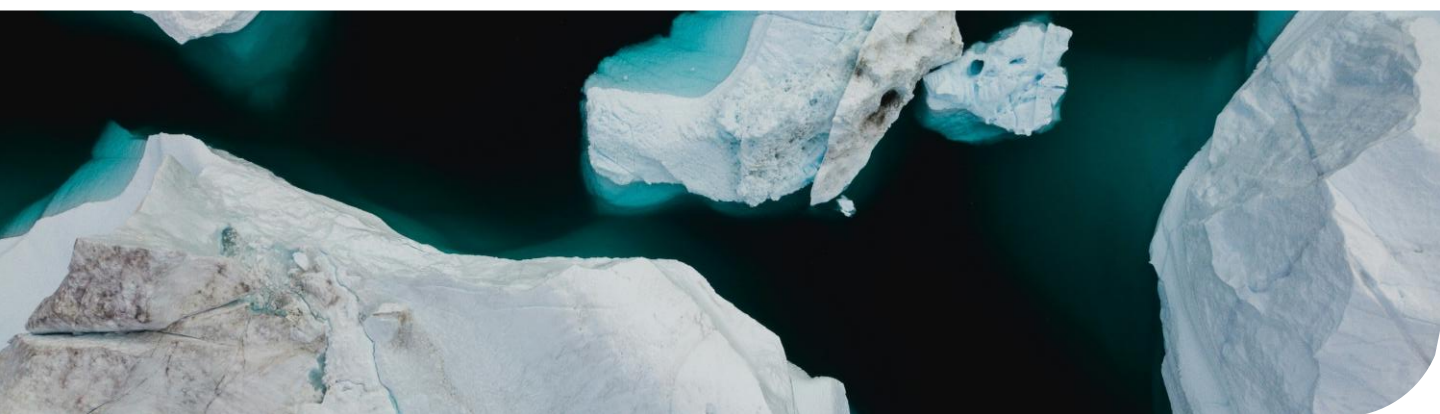
“(...) o negacionismo climático, enquanto fenômeno coletivo, reflete uma visão antropológica de que o problema é grande demais para ser resolvido individualmente”

A disjunção entre conhecimento e ação é intensificada por fatores estruturais como o sistema capitalista vigente, a inércia política e uma mídia que insiste em normalizar o “curso normal dos negócios”. No setor financeiro, o interesse pela agenda climática geralmente surge à medida que aparecem oportunidades de desenvolver novas “classes de ativos” e acessar bolsos inéditos de capital — o que se traduz em aumento de ativos sob gestão e, conseqüentemente, de receita para os gestores. No entanto, as restrições impostas pelos regulamentos desses produtos dialogam com o mandato de geração de retorno financeiro de mercado, mas estão frequentemente desalinhadas com o objetivo de oferecer soluções climáticas reais. Norgaard chama esse tipo de comportamento de “negação implicatória” — ou seja, as pessoas aceitam os fatos sobre a crise climática, mas suprimem as implicações psicológicas dessa informação.

Com os investidores, não é diferente. *A comunidade financeira, em sua maioria, reconhece a realidade da mudança do clima, mas muitas vezes exclui os riscos climáticos das decisões de investimento, ou expande o conceito de soluções climá-*

ticas a ponto de esvaziá-lo — falhando, assim, em seu dever fiduciário com os asset owners. Esse comportamento ajuda a preservar um senso de normalidade em um setor cuja lógica é, essencialmente, a da maximização da utilidade a qualquer custo. O resultado é uma tripla consciência: “sabemos, não agimos como se soubéssemos, mas fazemos questão de sinalizar que estamos agindo como se soubéssemos”.

Encarar os riscos climáticos nas decisões investimentos nunca foi tão urgente quanto em tempos de conflitos, negacionismo e irracionalidade como estes.



[Imagem via Unsplash](#)

A Dupla Materialidade da Adaptação Climática: O valor da resiliência climática dos negócios e a importância de negócios que ajudem a promover a adaptação climática na sociedade

Olhar para riscos climáticos também é urgente sob o ponto de vista de adaptação. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), adaptação climática se refere ao processo de ajuste dos sistemas humanos e naturais em resposta aos efeitos reais ou esperados das mudanças climáticas, com o objetivo de *reduzir a vulnerabilidade ecológica, social e econômica decorrente do clima em transformação*.

A urgência da adaptação é destacada nos relatórios mais recentes do IPCC (AR6, 2022), que apontam que, mesmo com reduções significativas nas emissões de gases de efeito estufa (GEE), os impactos climáticos continuarão a se intensificar nas próximas décadas. Por isso, entende-se que a adaptação é complementar à mitigação, e ambas precisam andar juntas para se gerenciar riscos climáticos de forma eficaz.

No entanto, somente 4% do financiamento climático vai para adaptação, com cerca de 98% desse financiamento proveniente de fontes públicas ([World Bank, 2024](#)). Estima-se que sejam necessários cerca de 10 a 18 vezes mais do que os fluxos de financiamento atuais para criar resiliência climática em países em desenvolvimento ([UNEP Adaptation Gap Report, 2023](#)). Os países da América Latina e do Caribe recebem apenas cerca de 4% dos fluxos globais de financiamento climático, sendo que somente 12,5% deste total é destinado à adaptação ([World Bank, 2024](#)). Diante disso, os membros do Acordo de Paris assumiram uma meta de duplicação do financiamento de adaptação para os países em desenvolvimento a partir dos níveis de 2019 até 2025.

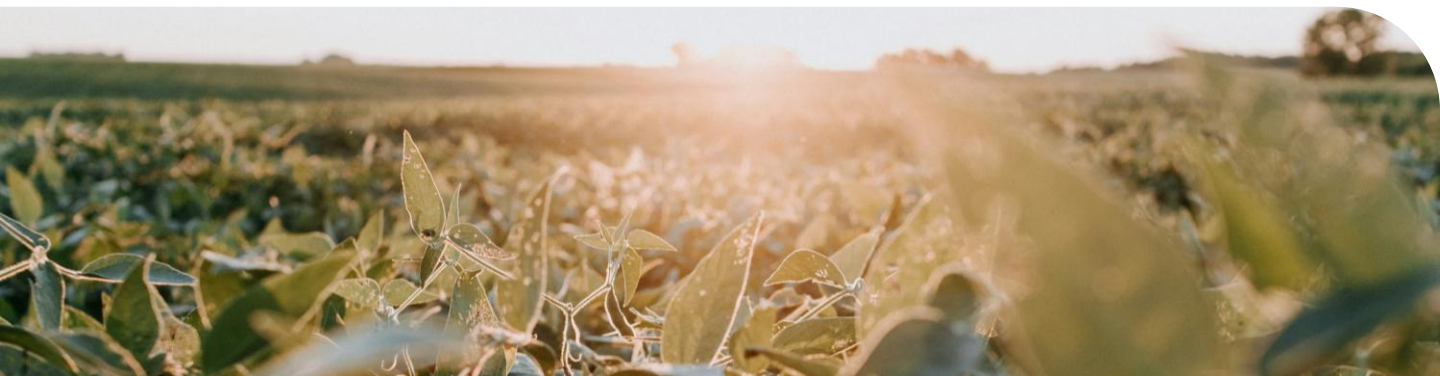
Nesse contexto, foi também criado um framework para implementar objetivos globais de adaptação climática cobrindo 7 grandes áreas: água, alimentos, saúde, ecossistemas, infraestrutura, redução da pobreza e patrimônio cultural. Para medir o atingimento desses objetivos, foi estabelecido um programa de trabalho para elaborar indicadores de desempenho no atingimento desses objetivos e prazos (Programa de Trabalho Emirados

Árabes Unidos-Belém), que culmina na COP 30, em novembro de 2025, em Belém do Pará. A definição desses indicadores na COP 30 será um marco crucial para alavancar políticas públicas e corporativas e investimentos em adaptação ao promover dados e métricas para identificação de áreas críticas, necessidades e oportunidades de medidas de adaptação e seus benefícios concretos.

A adaptação climática dos negócios

No contexto econômico empresarial, adaptação climática significa antecipar e responder a riscos físicos — como eventos climáticos extremos, escassez hídrica, elevação do nível do mar, ondas de calor e secas prolongadas — e desenvolver estratégias que assegurem a continuidade operacional, a proteção de ativos e a resiliência de longo prazo.

O [Adaptation Gap Report 2024](#) do PNUMA aponta que setores como infraestrutura, agricultura e saúde estão entre os mais vulneráveis aos impactos físicos da mudança do clima, e por isso concentram a maior parte dos custos de adaptação. No agronegócio, por exemplo, variações de temperatura, mudanças no regime de chuvas e eventos extremos afetam diretamente a produtividade e a segurança alimentar. A infraestrutura crítica — como estradas, pontes, sistemas de energia e saneamento — está particularmente exposta a inundações, tempestades e elevação do nível do mar, o que impõe custos elevados de manutenção e reposição de ativos. No setor de energia, a geração hidrelétrica depende do regime hídrico, que se torna cada vez mais instável. Empresas desses setores precisam



[Imagem via Unsplash](#)

incorporar a adaptação em sua estratégia de negócios para reduzir riscos operacionais e financeiros, garantir a continuidade de suas operações e manter a confiança de investidores e clientes.

O estudo "[Lifelines: The Resilient Infrastructure Opportunity](#)" do Banco Mundial indica que *cada dólar investido em infraestrutura resiliente pode gerar, em média, quatro dólares em benefícios*, principalmente na forma de redução de perdas futuras e aumento da eficiência operacional.

Companhias líderes em setores vulneráveis têm começado a integrar considerações de adaptação em suas estratégias de negócios e relatórios de sustentabilidade. Ao longo de todo seu [Relatório Integrado 2024](#) recentemente publicado, a SLC Agrícola ressalta a necessidade de construção de resiliência climática do negócio em meio às “condições climáticas extremas que marcaram a safra 2023/2024”, e o “fenômeno El Niño, intensificado pelas mudanças climáticas”.

Consciente desses riscos, a SLC Agrícola passou a se estruturar de forma estratégica para promover a adaptação e resiliência do negócio diante das mudanças climáticas:

“Para enfrentar as consequências do El Niño mais intenso e mitigar os impactos das mudanças climáticas, adotamos uma série de estratégias, entre as quais destacam-se a diversificação geográfica de nossas fazendas; sistemas de monitoramento climático, que permitem gerenciar decisões relacionadas a produção agrícola com maior precisão; práticas de agricultura regenerativa; e diversificação de culturas. Assim, mesmo diante de um período de seca prolongado, demonstramos resiliência.”

Nesse contexto, a companhia reporta hoje contar com certificação de agricultura regenerativa (Regenagri) em 6 das suas 23 fazendas, o que já a posiciona como a *maior produtora agrícola regenerativa da América Latina*. O objetivo declarado é alcançar 485 mil hectares até 2029, representando 70% do total de sua área plantada.

O resultado desses esforços conscientes da SLC Agrícola foi um nível de produtividade superior à média nacional brasileira, em particular em fazendas já certificadas pelo selo Regenagri, apesar do cenário climático desafiador da safra 2023/2024:

“Apesar dos desafios, apresentamos resultados sólidos, inclusive aproveitando oportunidades para expandir nossa área plantada. Embora a soja tenha ficado 17,5% abaixo da produtividade planejada, alcançamos uma média de 3.264 kg/ha, superando a média nacional em 2%, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (fevereiro/2025). O milho, mesmo com produtividade 6,5% inferior à meta, registrou desempenho 29,2% superior à média nacional. O algodão teve produtividade alinhada ao orçado e 0,9% acima da média nacional, tendo a fazenda Pamplona alcançado um recorde histórico de 164 arrobas de pluma por hectare em mais de 8.400 hectares.”

Diante desse cenário, a SLC é explícita em ressaltar a **geração de valor associada à construção de resiliência climática do negócio**:

“Nossas alavancas de geração de valor no curto, médio e longo prazos: planejamento agrícola, agricultura digital e práticas de agricultura regenerativa contribuem para ampliar a produtividade no campo”.

A agenda de adaptação também traz oportunidades concretas de inovação, diferenciação competitiva e acesso a novos mercados. Investimentos em infraestrutura resiliente, tecnologias de previsão e monitoramento climático, seguros paramétricos, soluções baseadas na natureza e serviços ecossistêmicos, bem como soluções digitais para monitoramento de riscos físicos e agricultura de precisão adaptada são segmentos que passam a ganhar destaque em um mundo que precisa se adaptar à mudança do clima.

Mercado financeiro e negócios que ajudam a promover resiliência climática

Enquanto alguns negócios precisam se tornar mais resilientes em um cenário de mudança do clima, outros são fundamentais para apoiar a sociedade na construção dessa resiliência climática.

O setor de infraestrutura é um dos exemplos mais emblemáticos disso. Cidades resilientes demandam infraestrutura de limpeza e drenagem urbana, coleta e tratamento de esgoto, e abastecimento de água capazes de suportar ondas de calor, uma maior frequência e intensidade de chuvas torrenciais, mas também períodos de seca e escassez hídrica. A preservação e revegetação de áreas verdes e matas ciliares desempenham um papel fundamental na garantia de permeabilidade do solo para conter períodos de chuva intensos e temperaturas elevadas. Os serviços ambientais atrelados a essas atividades passam a ser cada vez mais necessários na nova economia resiliente ao clima.

“Além disso, o mercado financeiro também possui um papel relevante na estruturação de instrumentos capazes de identificar e fomentar atividades de impacto na promoção de resiliência climática (...)”

Além disso, o mercado financeiro também possui um papel relevante na estruturação de instrumentos capazes de identificar e fomentar atividades de impacto na promoção de resiliência climática, inclusive por meio de emissão de títulos de dívida e empréstimos sustentáveis. Adaptação climática é um termo que até pouco tempo atrás não se via nos relatórios do mercado financeiro, mas isso tem mudado. No final de 2024, a Network for Greening the Financial System (NGFS) publicou sua [primeira nota técnica sobre adaptação climática e o sistema financeiro](#).

Enquanto o foco normalmente se volta para o aumento da resiliência física aos riscos climáticos, o documento reconhece que as instituições financeiras também podem apoiar a construção do **aumento da resiliência financeira**. Níveis mais altos de penetração de seguros, por exemplo, podem proporcionar uma maior resiliência financeira que pode atenuar os impactos econômicos de eventos climáticos extremos, e o preço do seguro

contra riscos naturais pode servir como um mecanismo poderoso para incentivar a adoção de medidas de adaptação, promovendo, portanto, um ambiente favorável à estabilidade financeira e de preços.

Por outro lado, sob a perspectiva de gerenciamento de riscos, o documento também enfatiza os custos econômicos do que chama de *“adaptação insuficiente”*, com eventos climáticos extremos ligados à mudança climática já sendo responsáveis por uma redução de aproximadamente 1% do PIB por ano, em média, para países de baixa renda entre 2000 e 2019. Em outro estudo de 2022, estimou-se que as mudanças nos preços internacionais de commodities alimentícias entre 1961 e 2016, causadas por choques de safra, explicam 30% da volatilidade da inflação da área do euro nesse período. Por esse motivo, para a NGFS, *adaptação deve ser incorporada às práticas de gerenciamento de risco tanto para as instituições financeiras quanto para as não financeiras, seja em planos de transição, decisões de investimento e cenários climáticos.*

Nesse sentido, já há amplo entendimento de que a exposição a riscos físicos materiais pode comprometer a rentabilidade futura e, portanto, deve ser considerada pelos administradores no exercício de seu dever fiduciário. Jurisprudências e interpretações recentes do conceito de dever fiduciário, inclusive em países como Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, têm incluído a necessidade de identificação, gestão e divulgação de riscos relacionados às mudanças climáticas, tanto de transição quanto físicos.

O presidente da seguradora [Allianz SE Günther Tallinger em artigo de LinkedIn](#) recente chegou a dizer que a mudança do clima constitui uma "ameaça existencial" ao capitalismo: "A ideia de que as economias de mercado podem continuar a funcionar sem seguros, finanças e proteção de ativos é uma fantasia. Não existe capitalismo sem serviços financeiros funcionais. E não há serviços financeiros sem a capacidade de precificar e gerenciar os riscos climáticos."

Mas ele também faz um alerta importante de que não basta se adaptar: é preciso agir para evitar o pior da crise climática.

“Há também o falso conforto da ‘adaptação’, pois muitos riscos não se prestam a uma adaptação significativa. Não há como se “adaptar” a temperaturas além da tolerância humana. A adaptação aos megafogos é limitada, a não ser pelo fato de não se construir perto de florestas. Cidades inteiras construídas em planícies de inundação não podem simplesmente se levantar e subir a colina. E, à medida que as temperaturas continuam a subir, a própria adaptação se torna economicamente inviável”.

Tanto a adaptação como a mitigação climática são imperativos legais e estratégicos para gerenciar riscos e proteger os interesses de empresas, investidores e do mercado financeiro diante de um clima em transformação, além de contribuírem para os esforços coletivos da sociedade global no enfrentamento da crise climática.

As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. É fundamental a leitura do regulamento dos fundos antes de qualquer decisão de investimento. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Nenhum fundo conta com garantia da instituição administradora, da gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Para obtenção do Regulamento, Histórico de Performance, Prospecto, além de eventuais informações adicionais, favor entrar em contato com a fama re.capital ou com a Administradora do fundo. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 meses.